

O LAZER DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM BELO HORIZONTE: UM ESTUDO PRELIMINAR

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 12/07/2019

*Loren Salles Souza Pereira*¹

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Campinas – SP – Brasil

*Cristiane Miryam Drumond de Brito*²

*Ana Amélia Cardoso Rodrigues*³

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa foi compreender as formas pelas quais as pessoas com deficiência física se engajam em atividades de Esporte e Lazer na cidade de Belo Horizonte (MG). Participaram deste estudo qualitativo transversal 10 pessoas com deficiência física, cadeirantes, selecionadas pelo método de bola de neve. Os participantes foram entrevistados e as entrevistas analisadas por meio da construção interpretativa e dialógica das falas. Os resultados apontam que pessoas com deficiência física, em Belo Horizonte, enfrentam diversas barreiras para participar de atividades de lazer. Podemos concluir que a deficiência não está ligada apenas a atributos físicos da pessoa, mas também diz respeito ao meio ao qual ela está inserida. Os resultados podem ser úteis para avaliação e criação de políticas públicas de Esporte e Lazer, a fim de questionar e aprofundar o conhecimento sobre o tema com uma perspectiva regional e nacional.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Pessoa com Deficiência. Participação Social. Barreiras.

THE LEISURE OF THE PERSON WITH PHYSICAL DISABILITY IN BELO HORIZONTE: A PRELIMINARY STUDY

¹ Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Doutoranda no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer e do Programa de Pós Graduação em Estudos da Ocupação, ambos da UFMG.

³ Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós Graduação em Estudos da Ocupação da UFMG.

ABSTRACT: The objective of this research were to understand the ways in which people with physical disabilities engage in Sports and Leisure activities in the city of Belo Horizonte (MG). Participants of this qualitative cross-sectional study included 10 people with physical disabilities, wheelchair users, selected by the snowball method. The participants were interviewed and the interviews analyzed through the interpretative and dialogical construction of the speeches. The results indicate that people with physical disabilities, in Belo Horizonte, face several barriers to participate in leisure activities. We can conclude that the deficiency is not only related to the physical attributes of the people, but also refers to the environment in which they are inserted. The results can be useful for evaluation and creation of public policies of Sports and Leisure, in order to question and to deepen the knowledge on the subject through a regional and national perspective.

KEYWORDS: Leisure Activities. Disabled Person. Social Participation. Barriers.

Introdução

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE, 2010), referentes ao censo do ano 2010, demonstram que mais de 45,6 milhões de brasileiros, o que representa 23,9% da população do país, declararam ter alguma deficiência. Neste número estão incluídas pessoas que declararam parcial ou total incapacidade para andar, ouvir ou enxergar, além de deficiência mental/intelectual. Em Minas Gerais, esse número é 22,6% e, em Belo Horizonte, as pessoas com deficiência somam 23,2%.

As pessoas com deficiência (PCD) que inserem em seus cotidianos as atividades de lazer ampliam suas oportunidades na vida, pois se sentem mais seguras, recuperam a autoestima e potencializam suas relações sociais (ARAÚJO 2011). Além disso, quando engajadas em atividades significativas de lazer, se percebem mais satisfeitas com a vida (BADIA *et al.* 2013). Compreende-se o lazer como um campo para inserção em espaços de relações sociais que possibilita interações e mudanças na pessoa e no seu meio social (CORRALES e CASTRO, 2016). O lazer é um aspecto da vida que potencializa a inclusão social da pessoa com deficiência (MAZZOTTA; D'ANTINO,

2011). Portanto, a participação em atividades de lazer poderá ser um fator chave para aquisição de qualidade de vida das PCD.

A qualidade de vida é determinada por fatores objetivos e subjetivos. Pensando nos aspectos subjetivos, o lazer gera oportunidades para construção de relações sociais, de vivências emocionais positivas, aquisição de habilidades e conhecimento, assim sendo, melhora o bem-estar subjetivo das pessoas (BRAJŠA-ŽGANEC, *et al.* 2011).

Um efeito positivo do lazer na vida de adultos com deficiência tem sido confirmado pelo resultado de alguns estudos, como o de Kubińska; Bergier e Bergier (2013), que aponta que as participações em recreação proporcionam benefícios cada vez mais percebidos, como: saúde física e benefícios psicológicos; favorecem emoções positivas, estimula o desenvolvimento à autoestima e favorecem a construção de relações sociais.

As políticas de lazer devem se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência de tal forma que elas possam participar igualmente às outras pessoas em geral, dentro de um paradigma que associe a igualdade de direitos com respeito às diferenças e diversidades culturais. No entanto, ainda pode se observar que há ações que tem como base paradigmas referenciados em modelos cartesianos (ROSA, 2007), fragmentados e hierarquizados nos quais há um processo classificatório inclusive dos sistemas, sendo o lazer colocado com uma menor prioridade nas conquistas dos direitos, principalmente das pessoas com deficiência.

Kuvalekar, *et al.* (2015) analisaram o conhecimento de instalações disponíveis para o lazer de pessoas com deficiência, buscando compreender as relações entre deficiência e qualidade de vida, na Índia. Os resultados demonstraram que a deficiência física tinha afetado a participação social dos participantes da pesquisa, bem como o

casamento. No entanto, verificou-se que poucos deles estão cientes sobre a existência de instalações adaptadas para o lazer de pessoas com deficiência física.

De acordo com a literatura, ainda há carência de espaços de lazer acessíveis para as pessoas com deficiência nas diferentes cidades do Brasil (CASSAPIAN e RECHIA, 2014). As barreiras arquitetônicas e os preconceitos geram situações discriminatórias para a ocupação dos espaços na cidade. A inadequação do espaço físico de certa forma torna proibitivo o direito de ir e vir da pessoa com deficiência, diminuindo sua participação social. O problema não está no fato da pessoa ter uma deficiência, mas da organização das cidades não considerarem as necessidades das pessoas com deficiência (FERNANDES e CROSARA, 2006). A acessibilidade é fundamental para que a pessoa com deficiência seja incluída e a participação em atividades de lazer pode influenciar positivamente sua qualidade de vida.

O presente estudo objetivou investigar os sentidos do lazer para pessoas cadeirantes, com deficiência física adquirida. Tem-se a hipótese de que essas pessoas com deficiência têm experiências na vida cotidiana associada a preconceitos, estigmas, dificuldades de acessos e enfrentam diversas barreiras em seus processos de inserção no lazer.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de corte transversal com caráter exploratório.

Participantes

Os sujeitos da pesquisa são 10 pessoas com deficiência física adquirida, cadeirantes, residentes na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, com idade entre 24 e 51 anos. Os participantes foram localizados por meio do método bola-de-neve, apresentado por Goodman (1961). Os critérios de inclusão foram: idade superior a 18 anos, possuir deficiência física adquirida, ser cadeirante, estar inserido em algum contexto de direitos de pessoas com deficiência e/ou com algum grau de vida socialmente ativa. Os critérios de exclusão foram: Capacidade cognitiva insuficiente para responder aos instrumentos de coleta de dados; distúrbios de linguagem que impeçam a compreensão das perguntas ou a expressão; deficiências adquiridas que não sejam cadeirantes.

Seleção dos participantes:

Os participantes da pesquisa foram acessados por meio do método “bola-de-neve”. Essa metodologia foi desenvolvida e introduzida inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961). A amostragem em bola de neve não utiliza um sistema de referências, mas sim uma rede de contatos ou amizades dos membros existentes na amostra. Esse tipo de método baseado na indicação de um indivíduo ou mais de um, também é conhecido por método de cadeia de referências. O processo começa de certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas conseqüentemente são convidadas a indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para compor a amostra. Segue-se assim, sucessivamente, até que se alcance o tamanho amostral desejado.

Inicialmente, encontraram-se indivíduos pertencentes à população-alvo do estudo. Esses indivíduos foram as *sementes* da amostra, aqueles que deram origem a

todos os indivíduos amostrados. Nesse caso, as sementes foram pessoas mais acessíveis aos pesquisadores.

O percurso percorrido para acessar os participantes baseou-se no foco da pesquisa, que é o lazer de pessoas com deficiência. Para encontrar as pessoas com deficiência de Belo Horizonte foi realizada busca na plataforma de busca Google, usando-se as palavras-chave *Deficiência Física Belo Horizonte*. Muitos sites, blogs, páginas da rede social Facebook, entre outros, apareceram e a partir daí selecionaram-se as seguintes páginas de Facebook como primeiras sementes: Associação Mais Acessível- AMA de Belo Horizonte (<https://www.facebook.com/Associação-Mais-Acessível>) e a equipe de Rugby em cadeira de rodas de Belo Horizonte (<https://www.facebook.com/minasquad/>). Essas duas escolhas partiram das seguintes relações com a pesquisa: a primeira relativa ao direito e a segunda relativa a uma vida ativa, no caso de esportistas, que talvez pudessem ter vivências dinâmicas de lazer. A Associação Mais Acessível - AMA tem como missão “a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A democratização do conceito e da prática da sociedade inclusiva”, portanto tem relação com um dos aspectos da pesquisa o de discutir o lazer para pessoas com deficiência como um direito social. E a equipe de RUGBY pelo motivo já supracitado, encontrar cadeirantes ativos. Essas 2 sementes iniciais indicaram contatos de pessoas para serem potencialmente participantes da pesquisa.

Procedimentos

O acesso aos participantes, como já dito anteriormente, se deu pelo método bola de neve e a partir de duas sementes. O acesso inicial as sementes se deu via contato no Messenger do Facebook. Após esse primeiro contato, os outros participantes foram

contatados via telefone, pelo qual foi agendado o melhor horário e local que cada participante indicasse para coleta dos dados.

No encontro com cada participante foi explicado detalhadamente sobre a pesquisa e a metodologia a ser utilizada. Cada participante leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar voluntariamente da pesquisa. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFMG sob o parecer número 1.137.866.

Assim, foi aplicado o questionário socioeconômico, que permitiu caracterizar o perfil dos sujeitos. Em seguida foi realizada a entrevista, cujos diálogos foram gravados em MP3. Essas entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas através da construção interpretativa e dialógica das falas dos participantes da pesquisa buscando zonas de sentido e significação (REY, 2005). Foi utilizado o programa Nvivo para organização e análise dos dados.

Resultados e Discussão

Características pessoais dos participantes da pesquisa

Na Tabela 1 encontra-se a descrição de qual semente cada participante originou-se e o tempo de deficiência e uso de cadeira de rodas do mesmo. Na Tabela 2 observa-se a descrição individual, com caracterização da renda tanto familiar quanto individual, quantas pessoas vivem da mesma e de quem é a principal renda. Nesta tabela também se encontra a descrição de sexo, grau de escolaridade do sujeito e de seus pais, e o meio de transporte utilizado para deslocamento.

Tabela 1: Semente de origem, idade, tempo de cadeira de rodas.

	Semente	Idade	Idade que se tornou cadeirante	Tempo de cadeira de rodas
1	RUGBY	28	14 anos	14 anos
2	AMA	44	17 anos	27 anos
3	RUGBY	24	18 anos	6 anos
4	AMA	49	32 anos	17 anos
5	AMA	34	19 anos	15 anos
6	RUGBY	31	23 anos	8 anos
7	RUGBY	34	26 anos	8 anos
8	RUGBY	28	22 anos	6 anos
9	AMA	50	30 anos	20 anos
10	AMA	51	24 anos	27 anos

Tabela 2: Características pessoais dos participantes da pesquisa

	Renda familiar	Renda individual	Número de pessoas que vivem da renda familiar	A principal pessoa que contribui com a renda familiar	Sexo	Profissão	Grau de escolaridade	Grau de escolaridade da mãe	Grau de escolaridade do pai	Meio de transporte
1	Superior a 5 salários mínimos	De 05 a 08 salários mínimo	1	O próprio entrevistado	Masculino	Funcionário público	Superior completo Administrador	Médio	Médio	Carro adaptado
2	Superior a 5 salários	Até 03 salários mínimo	4	Mãe do Participante	Masculino	Aposentado	Médio	Médio	Médio	Transporte Público
3	Superior a 5 salários mínimos	De 3 a 5 salários mínimos	3	Pai do participante	Masculino	Coordenador de esporte	Médio	Superior	Médio	Carro Adaptado
4	Superior a 5 salários mínimos	Nenhuma	2	Mãe do participante	Feminino	Trabalho artesanal voluntário para uma associação	Médio	Superior	Superior	UBER
5	Superior a 5 salários mínimos	Superior a 8 salários mínimos	1	A própria entrevistada	Feminino	Funcionária pública	Superior Advogada	Superior	Superior	Taxi adaptado
6	De 2 a 4 salários	Até 3 salários	3	O próprio entrevistado	Masculino	Técnico em computação	Médio	Fundamental	Fundamenta l	Carro adaptado ³⁴⁸

7	De 2 a 4 salários	Benefício de um salário mínimo	3	Pai do participante	Masculino	Estudante a distância e aposentado por invalidez	Médio	Fundamental	Fundamental	Transporte público
8	De 2 a 4 salários	Até 3 salários mínimo	3	Pai do participante	Masculino	Técnico administrativo	Médio	Fundamental	Médio	Transporte público
9	De 2 a 4 salários	Até 3 salários mínimo	3	Cônjuge	Feminino	Secretária e gerente	Superior Tecnóloga em processos gerenciais	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Carro
10	De 2 a 4 salários	De 3 a 5 salários	1	A própria entrevistada	Feminino	Setor administrativo da BHTrans	Médio	Médio	Fundamental	Carro adaptado

Dentre os 10 participantes, 07 têm vida profissional remunerada e ativa em alguma instituição pública ou privada. Dentre esses 07, um tem 24 anos de idade, cadeirante há 6 anos e aos 18 adquiriu a deficiência e hoje exerce uma atividade profissional relacionada a sua condição: é coordenador de esporte paralímpico. Uma pessoa é artesã voluntária de uma associação, o outro recebe benefício do governo, mas é estudante atualmente e apenas um é aposentado. Portanto, a condição de serem cadeirantes não impediu que se tornassem pessoas produtivas e a maioria com renda a partir do trabalho.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, 30% possuem Ensino Superior completo, enquanto 70% possuem Ensino Médio completo. Todos os participantes com curso superior estão inseridos no mercado de trabalho em suas áreas de formação. Dos três com ensino superior dois são mulheres, apesar de não ser um *n* significativo, mas corrobora o que diz a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, 2012), que 32% de pessoas adultas com nível superior são mulheres contra 29% homens dentre os 34 países membros, sendo esses a maioria países europeus O Brasil também segue essa tendência que a população feminina com curso superior é de 12%, maior que os 10% de homens (OECD, 2012).

Esses sujeitos participantes da pesquisa contrapõem ao dado do IBGE já que os mesmos apresentam escolaridade do nível médio ao nível superior e as pessoas com deficiência apresentaram taxas de alfabetização menores do que a população total em todas as regiões brasileiras (IBGE, 2010). Pelo nível de escolaridade podem ter tido maior oportunidade de inserção em atividades profissionais. A equiparação de oportunidades para todos é um dos elementos da base de direitos humanos (IBGE 2010). “Entre vários outros fatores, a educação, medida por números de anos de estudo ou por níveis de ensino concluídos, influencia fortemente a renda dos trabalhadores

(OLIVEIRA, 2012, p. 23)”. As rendas individuais de duas pessoas com deficiência que possuem curso superior são maiores que 5 salários mínimos e acima de 8 salários mínimos respectivamente, considerando o salário mínimo de R\$880,00, valor do período em que foram entrevistados. Nenhum participante apresentou renda familiar abaixo de dois salários mínimos.

Em relação ao principal meio de transporte utilizado, observamos alguma relação entre utilizar transporte público e renda individual, visto que dos dez participantes da amostra, três utilizam transporte público e desses, dois apresentam faixa de renda individual entre 2 e 4 salários mínimos.

Os outros participantes, três homens com deficiência, têm carro adaptado contra uma mulher. Esse fato deve ter relação com o subsídio do governo brasileiro de aproximadamente 30% de desconto na compra de um veículo para pessoas com deficiência. Os que andam de taxi adaptado e Uber têm renda familiar acima de 5 salários mínimos.

Nos próximos tópicos, iremos apresentamos e discutimos, com base na fala dos entrevistados, os fatores que parecem exercer alguma influência na participação ou restrição nas atividades de lazer. Na análise das categorias, são apresentados trechos das falas coletadas nas entrevistas, transcritas na íntegra, mantendo-se conforme sua pronúncia, podendo não seguir a norma padrão da língua portuguesa. Os entrevistados foram identificados por números, a fim de se manter o anonimato, conforme o TCLE.

Barreiras de Acessibilidade e Arquitetônicas

Dentre as diversas barreiras e obstáculos enfrentados no dia-a-dia da pessoa com deficiência, Leite (2012) aponta as barreiras arquitetônicas como um dos maiores obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência. Importante enfatizar que a lei

Brasileira de Inclusão -LBI (BRASIL, 2015) traz como principal inovação a mudança no conceito de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas sim como “o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo” (GABRILLI, 2016, p.2).

Esse novo conceito de deficiência significa dizer que a deficiência deixa de ser algo atribuído à pessoa, que ela carrega consigo, ganhando um novo significado, passando a ser considerada fruto da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. Esse tipo de barreira esteve presente em algumas falas dos participantes dessa pesquisa, quando questionados sobre a participação em atividades de lazer.

[...] estive namorando, por exemplo, ela andou pesquisando na internet lugares para a gente ir. Acessíveis, lugares acessíveis. Por exemplo, ela achou, como a gente estava em começo de namoro ela não conhecia muito como era o esquema, ela pesquisou e achou a “lagoa do nado”, na região da Pampulha. É acessível, mas não é totalmente. [...] eles falam que é acessível, mas eu acredito que é porque deve ter um banheiro que entra a cadeira, o que eles chamam de acessibilidade é isso hoje. E eu acho que tem rampas..., mas querendo ou não é a gente que se adapta né? (ENTREVISTADO 07).

O novo conceito de Deficiência, proposto pela cartilha da LBI (BRASIL, 2015) considera que o meio no qual vivemos é deficiente, e não a pessoa. No entanto, o que locais de lazer consideram acessíveis, na prática não foi aprovado pelo entrevistado 07, que de certa forma traz uma crítica dos espaços lazer públicos não serem totalmente acessíveis e as adaptações do mesmo estão focadas apenas ao autocuidado, com banheiros adaptados. Esse novo conceito sugere que o meio deve se adaptar às pessoas, e não ao contrário.

Há críticas dentre os participantes da pesquisa, parte das pessoas não têm conhecimento de seus direitos, ou quando tem, não possuem muito recurso para

questioná-los ou exigí-los, e acabam por se conformar, e tentam se adaptar ao meio, como podemos observar na seguinte fala:

[...] às vezes colocam o símbolo de adaptado, você vai ver não é nada...então a gente ainda precisa estar derrubando muitas barreiras. [...] a gente não tem facilidade hoje com nada. As barreiras arquitetônicas elas não podem ser barreiras para a gente viver, se não a gente não faz nada. Apesar de que muita coisa boa evoluiu, a gente começa a enfrentar essas barreiras. Mas ainda deixa de fazer alguma coisa por causa delas. [...] Sempre tem os obstáculos, né! Mais aí a gente sempre dá um jeitinho. Escada...é rampa fora do padrão...rua esburacada, sempre alguém ajuda (ENTREVISTADO 05).

Eu acho que a acessibilidade, ela tá deixando muito a desejar. A sociedade em que a gente vive, está muito complicado se locomover. E muitas vezes as pessoas pensam em inclusão, mas inclusão na verdade é incluir o deficiente na sociedade. Então eu acho que, a gente tem que ter esse direito de tá indo nos lugares, não que a gente não precise de ajuda [...] muitas vezes depende de ajuda, mas a gente quer ter o direito de ir e vir sem precisar de depender das pessoas, entendeu? (ENTREVISTADO 06).

É possível perceber nessa fala que existe uma negligência por parte do poder público em promover a acessibilidade na prática. Esse problema faz com que as pessoas acabem tendo que se adaptar e depender de ajuda para circular na comunidade, podendo assim gerar falta de autonomia, constrangimento e ausência da liberdade de ir e vir.

A lei Brasileira de Inclusão (LBI) considera acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.2).

Uma forma de lazer que apareceu na fala dos entrevistados, quando estimulados a falar sobre acessibilidade em atividades de lazer, foram passeios e viagens turísticas.

Podemos identificar problemas de acesso, nesses equipamentos de lazer, como na fala do entrevistado 01.

[...] Banheiro, os hotéis não são adaptados. é ... as praias são pouquíssimas que tem adaptação. Igual fizeram uma praia para todos no RJ .outra que são .mas a maioria não tem acessibilidade, as ruas não são preparadas para receber, né.[...] as vezes você quer ir num lugar ,mas aí quando você vê ,que lá não tem . Já aconteceu de eu ir numa praia, que tava doido para conhecer, que lá era maravilhosa , cheguei lá e tinha atravessar um barco ,você tinha que sair do seu carro ,passar numa canoazinha pequenininha em Paraibas em Porto Seguro, você tinha que atravessar ai você chega lá não tinha como você andar na areia ,você tinha que ...entendeu? Aí você tem que ficar sempre procurando ir num lugar que você consiga ir de cadeira. [...] aí você tem que ficar sempre procurando ir num lugar que você consiga ir de cadeira. e mesmo assim você não pode entrar no mar ,porque fica longe ..areia...porque não tem uma adaptação para chegar até o mar ,aí você desiste de ir ,fica ali naquela vida de conformar que está oferecendo (ENTREVISTADO 07).

Essa fala mais uma vez representa a ausência do “desenho universal” proposto na LBI. O conceito de Desenho Universal é um requisito fundamental para garantir a qualidade de vida de um indivíduo, tanto no ambiente público ou privado. Seu objetivo é certificar que todos, sejam pessoas com deficiência ou não, possam praticar suas ações cotidianas e utilizar o espaço de modo autônomo e seguro. Um resultado eficaz da interação do ser humano com o ambiente construído depende de sua própria capacidade, mas é dever do profissional da área arquitetônica e urbanística ter preocupação em criar espaços de uso democrático para diferentes perfis de usuários (ALMEIDA; BATHOLOMEI, 2011).

O artigo 44, que compõe o capítulo IX, assegura a reserva de espaços livres e assentos para Pessoa com Deficiência de acordo com a capacidade de lotação do edifício, trazendo também no último artigo do capítulo, artigo 45, a obrigatoriedade das novas edificações construídas, relacionadas à atividades de turismo e lazer, citando os hotéis, pousadas e similares, serem construídos observando-se os princípios do Desenho Universal.

Porém, observando a fala da entrevistada 9, nota-se que nem todos os equipamentos de lazer respeitam essas normas.

[...] eu comprei um bilhete para o show de Dayane, que vai ter no palácio das artes, mas eu tava procurando ingresso para o show da Elba Ramário né, mas eu não consegui. Então a Dayane, a única cadeira que tinha não era nem para cadeirante, eu comprei lá no top de linha na frente. Só para você ter uma ideia, no Sesc Palladium, eles são obrigados a ter 2% do espaço total para gente, e em nenhum lugar é assim! Nem no Chevrolet Hall. Eu sou daquele tipo que gosta de ficar no gargalo, eu me apronto para sair de casa, coloco meu melhor perfume e assim...eu faço questão do cantor me ver (ENTREVISTADO 09).

Acessibilidade significa garantir espaços que apresentam condições de acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades individuais. O ambiente construído não leva em conta a diversidade de usuários nos espaços públicos e suas limitações, mas deveria promover independência de acesso a eles (DUARTE; COHEN 2010). Existência de legislação rígida sobre o assunto por si só não basta: é fundamental que esta esteja aliada à conscientização técnica para a sua aplicação, envolvendo profissionais de várias áreas do conhecimento, não se restringindo aos engenheiros e arquitetos.

Barreiras Socioeconômicas, Trabalho e Tempo

Além das barreiras arquitetônicas, podemos identificar na fala dos participantes outros tipos de barreiras, ligadas às esferas econômicas, financeiras, e também à organização do tempo. O lazer e o nível de vida satisfatório são influenciados pelo fator emprego (LIMA; RIBEIRO, TONELO, 2012). Ferreira (2010) afirma que o trabalho é inerente à condição humana, e que para garantir a sobrevivência, o indivíduo depende do seu trabalho. A mesma autora ressalta que a estrutura da vida social é influenciada pelo trabalho, enfatizando que este é componente fundamental da organização social e

interfere diretamente na utilização do tempo dos trabalhadores, sendo necessária a compreensão do mesmo.

O tempo que o indivíduo dedica ao trabalho pode ser decisivo na organização de suas demais atividades. Em função dessa organização de tempo do trabalho, as demais atividades acabam ficando como secundárias. Ferreira (2010, p.39) afirma também que “o lazer pode ser definido como uma combinação de tempo e de atitude; o que o torna estritamente único. Cada pessoa pode ter uma sensação diferente, seja pelo interesse, experiência, idade, sexo ou classe social”.

As relações entre o tempo de atividades produtivas e o lazer devem levar em conta toda uma situação social própria de cada realidade específica. Assim, a concentração da riqueza e os baixos índices de qualidade de vida levam o trabalhador a preencher grande parte do seu “tempo-livre” com atividades voltadas para sua sobrevivência. Dentro dessa lógica, aparecem as “horas-extras”, os “bicos”, o transporte demorado e ineficiente, e até mesmo a venda de parte das férias ou sua totalidade. (MARCELLINO,1987).

Elias e Dunning (1992) não posicionam o lazer como oposto ao trabalho; e, sim, o colocam como componente às atividades sociais, das quais o trabalho faz parte. Ainda, segundo esses autores, o tempo livre é visto como decorrente da evolução das sociedades industriais, sendo definido como “todo o tempo liberto das ocupações de trabalho. ” (ELIAS E DUNNING ,1992).

Elias e Dunning (1992), consideram que tempo livre pode ser utilizado das seguintes formas: 1) trabalho privado e administração familiar; 2) repouso; 3) provimento das necessidades biológicas; 4) sociabilidade; 5) atividades miméticas ou jogo.

Para Roscoche (2016), nessa última categoria estariam de fato, as atividades de

lazer. Deixando claro, portanto, que parte considerável do nosso tempo livre não é considerado lazer. O mesmo autor menciona Ferreira (2010, p.40), afirmando que “a maioria das atividades de lazer corresponde às atividades realizadas no tempo livre, mas nem todas as atividades realizadas no tempo livre são consideradas atividades de lazer”

É notável na fala dos entrevistados 05,08 e 10, como está presente as relações entre trabalho, tempo e questões financeiras.

[...] eu jogava tênis né, até pouco tempo né..., mas não consigo conciliar o trabalho né, aí as atividades de esporte elas são de dia, e aí nós que trabalhamos, o esporte é um lazer e não um meio de sobrevivência né. Se eu tivesse a mentalidade que tenho hoje, não estaria trabalhando na ***, estaria rodando o mundo jogando basquete. [...] financeiro...tempo que a gente não tem, muitas vezes você não acha hotéis adaptados. Aquilo que a gente fala, que quando a gente é mais jovem a gente faz tudo, acampa no meio do mato, hoje, para ir para o pantanal já tem que tem um hotel dez (ENTREVISTADO 10).

[...] eu trabalho na área que eu gosto sabe? Eu sou obrigada a estudar muito pelo meu trabalho. Mas é um estudo que não vai me dar, por exemplo, se eu não estudar para ser, eu não vou melhorar, entende? Não vou subir de cargo, mas naquilo que eu escolhi é um cargo, é o maior cargo que eu poderia alcançar...eu sou apaixonada com o que eu faço, então...o meu problema é ser viciada em trabalho completamente viciada! Rs (ENTREVISTADO 04).

[...] gostaria de fazer outras atividades físicas, mas falta tempo, e fica caro também né? Massagem modeladora minha irmã começou, e parece ser muito bom (ENTREVISTADO 09).

[...] nosso lazer hoje, tem que estar ligado muito ao nosso horário de trabalho. Se você tiver que ir em casa se arrumar para sair, é mais uma outra demanda que você acaba desanimando. Então o “happy Hour” tem que ta emendado. Quando você é um deficiente mais novo você se adapta melhor, vai encaixando os horários, você mais ficando mais velho, você vai ficando mais elitista. O lazer ele está muito ligado a seu tipo de preferencias né, que envolve sua idade...correria, etc. Mas hoje eu gosto de ir em show, teatro. Agora estou redescobrimo as baladas, agora que estou solteira, estou amando a vida de solteira (ENTREVISTADO 10).

Mesmo que as pessoas não tenham tempo suficiente para se dedicarem às atividades de lazer, estas são fundamentais. O lazer não pode ser visto apenas como um produto da urbanização e da industrialização, simplesmente com a finalidade de atender

a uma exigência do mundo do trabalho para reduzir o cansaço e o estresse (FERREIRA, 2010).

A autora supracitada aponta que, no Brasil, variáveis sociais, econômicas e demográficas têm impacto nesse processo tempo versus atividades; tomando como exemplo, a dupla jornada do universo feminino. A mulher acaba se dividindo entre o trabalho remunerado e os afazeres domésticos, e os papéis de mãe e esposa.

Assim, podemos afirmar que as relações existentes entre lazer, trabalho e tempo livre estão de alguma forma interligados. O tempo que se tem livre está subordinado ao tempo de trabalho e, ainda, relaciona-se diretamente à prática do lazer. Assim, o lazer também está condicionado ao trabalho.

Barreiras Atitudinais

Além das barreiras físicas e/ou objetivas, como apresentadas acima, encontramos na fala dos entrevistados, outras formas de barreira, que podem exercer influência direta na participação em atividades de lazer, pelas pessoas com deficiência. Existe uma série de fatores e preconceitos que podem restringir a prática do lazer aos que não se enquadram nos padrões estabelecidos de normalidade pela nossa sociedade (MARCELLINO, 2006).

A deficiência física pode ser caracterizada por um comprometimento físico que restringe não apenas os movimentos de um indivíduo, mas pode limitar seu convívio social. Além das barreiras arquitetônicas, socioeconômicas que impedem seu acesso aos espaços de lazer ou de trabalho, existe a barreira presente no discurso revestido de

preconceitos e mitos das pessoas (DIEHL⁴,2008 *apud* LIMA; RIBEIRO; TONELO, 2012).

Outra forma de barreira identificada é a barreira atitudinal, que está mais ligada a atitudes negativas e preconceituosas das pessoas. O conceito de barreira atitudinal aparece na LBI, como atitudes e comportamentos que atrapalham a participação da pessoa com deficiência na sociedade. Ou seja, são as barreiras advindas das atitudes das pessoas no momento da convivência com a pessoa com deficiência. Na fala do entrevistado-08, podemos notar a presença dessas barreiras atitudinais:

[...] tenho reparado na atitude das pessoas, o que me chama atenção é o respeito.[...] No Brasil não nos dão passagem e ainda nos olham com uma cara de quem diz “Por quê você não ficou em casa ao invés de vir atrapalhar meu passeio com essa cadeira e sua lerdeza?[...] A minha sensação é um misto de impotência e indignação (ENTREVISTADO 08).

Essa fala reafirma a existência de barreiras atitudinais na sociedade, deixando clara a sua existência em momentos básicos da vida, como se locomover nas ruas, atividades de lazer, e demonstrando a indignação do entrevistado 10 com as atitudes ou comportamentos advindos da sociedade que muitas vezes impedem prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

[...] Eu acho que falar que não existe “preconceito” é irreal. É um preconceito mais complexo que um preconceito...de negar uma pessoa. Um preconceito de estar relacionado a uma falta de conhecimento [...]então assim, as pessoas não conhecem minha contextualidade, minha capacidade. E aí assim, isso não é culpa das pessoas. Ninguém tem que estudar, entender o que está acontecendo com uma pessoa com uma lesão igual a minha. Isso não é algo que se dá numa escola, qual matéria na escola que você sai aprendendo ...É ... necessariamente de falta de educação das pessoas ou comportamental, eu acho que as pessoas não necessariamente escolhem ser, ter esse tipo de atitude. Eu estou chamando de preconceito, mas nem sei se isso é a melhor definição, conhecimento

⁴ DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. 2. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008. 215 p.

mesmo. As pessoas elas não sabem que eu sou capaz de fazer ou não. Até que ponto devem ajudar ou não (ENTREVISTADO 10).

Nota-se uma divergência de opinião entre os entrevistados, quando relatam seu ponto de vista em relação às atitudes e comportamentos das pessoas diante situações que envolvam a convivência na sociedade com pessoas com deficiência. É perceptível na fala do entrevistado 10, uma indignação com a atitude das pessoas. Já a fala do entrevistado 03 demonstra uma maior compreensão por parte do entrevistado, em relação às atitudes das pessoas, retirando delas a culpa de não saber lidar com os as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, e colocando a culpa na falta de oportunidade de conhecimentos.

Marcellino (2006), afirma que no plano cultural, há uma série de preconceitos que restringem a prática de lazer, privilegiando os mais jovens, os mais habilitados e conseqüentemente limitando o acesso aos bens culturais, e outras formas de lazer, aos grupos que não se enquadram nos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade.

Na fala da entrevistada 10, podemos perceber a presença de uma outra forma de pré-conceito, diferente de uma atitude discriminatória, uma forma de estereótipo.

[...] Eu acho que “a gente mata um leão a cada dia né”, por mais que a gente tenha uma mente bem desenvolvida, a gente tenta provar alguma coisa para a gente mesmo. Mas mesmo que você não queira, você tem que provar. Você tem que provar no seu trabalho, família...O ser humano é frágil né, a gente tem que aprender a respeitar até a ignorância dos outros né? Lógico que tem dias que você está mais bem-humorada né, você suporta as coisas né...eu já passei dessa fase de ter que provar as coisas. Você consegue encarar as coisas com mais maturidade, sem ter que provar nada. Isso não pode te incomodar. As pessoas acham que a gente é super-homem, mulher maravilha, guerreeira...que somos muito diferentes. E não tem nada disso. Às vezes acho que sou forte mesmo, mas nada demais rs. Essa mistificação é a gente que tira, a gente tira do seu meio. Mas acho que tem muita pedra no caminho (ENTREVISTADO 10).

Foganholi e Junior (2015), afirmam que quando pensamos em pessoas com deficiência em suas práticas de lazer, esporte, nos vem como referência de imediato,

duas imagens a respeito delas: a do coitado e/ou a do herói. A imagem do coitado, como uma pessoa que necessita do sentimento de piedade e uma atitude assistencial. No segundo caso, a imagem do herói, como um ser superador de limites físicos, psicológicos, representando “super-humanos”.

Os mesmos autores relatam que a atribuição dessas imagens, vem muitas vezes acompanhada de expressões preconceituosas, tais como: “apesar de tudo ele consegue jogar bola”; “ele é um guerreiro”, “mesmo com tanta dificuldade, ele consegue” ou, “olha como ele é feliz, quanta força de vontade”. O próprio relato da entrevistada 10 expõe a necessidade de desmistificação desses estereótipos.

Um estudo conduzido por Pappous (2016) trata dessa questão da desmistificação dos atletas paralímpicos, através do preparo de um Guia, intitulado: “Guia para a mídia: como cobrir os Jogos Paralímpicos Rio 2016”, dando instruções às pessoas que trabalham na cobertura midiática dos jogos Paralímpicos. A ideia é desconstruir essa imagem de super-humano, coitado, e mostrar que são pessoas como as outras, e que merecem igualdade.

Esse direito à igualdade deve ser entendido não apenas como um desejo adicional, ou como algo inalcançável, mas algo que deva ser buscado através de lutas sociais e políticas públicas educacionais, campanhas como a mencionada acima, fazendo valer a seguinte citação: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p.03).

Considerações Finais

Mesmo que os participantes da pesquisa tenham sido pessoas em sua maioria com vida ativa e pessoas autônomas, as barreiras para

participação social e a vivência do lazer foram predominantes em seus relatos. Isso demonstra que mesmo sendo um grupo de participantes ativos e de classe média, não estão isentos de vivenciarem preconceitos e serem estigmatizados.

Outro aspecto é que Belo Horizonte talvez não esteja ainda preparada para acolher seus cidadãos com deficiência de forma satisfatória, com processos de inclusão social real, no qual trabalhe em suas políticas públicas desde aspectos ambientais, arquitetônicos quanto, aspectos econômicos e de socialização das pessoas com deficiência. Assim, podemos concluir que a deficiência não está ligada apenas a atributos físicos, mas também diz respeito ao meio ao qual ela está inserida. O que determina se a deficiência é ou não um fator limitador tem relação com aspectos políticos, sociais e culturais. Sabemos que as condições de acessibilidade no Brasil ainda são precárias, e os desafios para as pessoas com limitações físicas são múltiplos, para além da deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. P. A; BARTHOLOMEI, C. L. Acessibilidade de “cadeirantes” no espaço de ensino público: UNESP, campus de presidente prudente–sp. **Revista tópos**, v. 5, n. 2, p. 21-46, 2011.
- ARAÚJO, P. F. D. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BADIA, M. et al. Relationships between leisure participation and quality of life of people with developmental disabilities. **Journal of applied research in intellectual disabilities: JARID**, v. 26, n. 1995, p. 533–45, 2013.
- BRAJŠA-ŽGANEC, A; MERKAŠ, M; ŠVERKO, I. Quality of life and leisure activities: How do leisure activities contribute to subjective well-being? **Social Indicators Research**, v. 102, n. 1, p. 81 -91, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de Julho de 2015. Dispõe sobre o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Brasília, 2015
- CASSAPIAN, M. R., RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba – Pr. **Cad. Ter. Ocup, UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014.

COLEMAN, J. S. Relational analysis: The study of social organizations with survey methods. **Human Organization**, 17:28–36, 1958.

CORRALES C. M. S.; CASTRO, E. D. Passear e Participar: O Lazer Ampliando a Circulação Social de Pessoas Com Deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.3, set/2016.

DUARTE, C. R; COHEN, R. Acessibilidade como fator de construção do lugar. In: LOPES *et al.* (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Ed. Annablume, P. 81 – 94 .2010.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Memória e sociedade a busca da excitação**. Lisboa: Difel,1992.

FERNANDES COSENZA, Izabela, CROSARA DE RESENDE, Ana Paula, A Cidade e as Pessoas com Deficiência: Barreiras e Caminhos. **Sociedade & Natureza** [en linea] 2006, 18 (Diciembre-Sin mes): [Fecha de consulta: 8 de abril de 2019] Disponible en:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327189002> .

FERREIRA, C. L. **Trabalho, tempo livre e Lazer**. Ponta Grossa: [s.n], 2010.

FOGANHOLI, C; JUNIOR, L. G. Lazer de pessoas com deficiências: significando, aprendendo e ensinando. **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.2, jun/2015.

GABRILLI, M. **Guia sobre a Lei Brasileira de Inclusão**. [s.l: s.n.].

GOODMAN, L. Snowball Sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v.32, n.1 , p.148-170. 1961.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2016, v. 1, 2012.

KUBINSKA, Z.; BERGIER, B.; BERGIER, J. Usage of leisure time by disabled males and females from the Lublin Region. **Annals of Agricultural and Environmental Medicine**, v. 20, n. 2, p. 341 –345, 2013.

KUVALEKAR, K. **Quality of Life among Persons with Physical Disability in Udipi Taluk**: A Cross Sectional Study, v. 4, n. 1, 2015.

LEITE, L.P; MARTINS, S.E.S.O. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LIMA, R. M. C.; RIBEIRO, P. R. Q.; TONELLO, M. G. M. Percepção da qualidade de vida por pessoas com deficiências físicas praticantes e não praticantes de atividades de lazer. **Licere**, v.15, n.4, 2012.

MARCELINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Papirus, 2006.

Loren Salles Souza Pereira, O Lazer da Pessoa com Deficiência Física em Belo Horizonte
Cristiane Miryam Drumond de Brito e
Ana Amélia Cardoso Rodrigues
MAZZOTTA, M. J. S; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saude e sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

OECD. **OECD Guidelines for the Testing of Chemicals**. Organization for Economic, 2012.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010**—Pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012.

PAPPOUS A. S. **Post-Event Volunteering Legacy: Did the London 2012 Games Induce a Sustainable Volunteer Engagement?** Sustainability, 8, 1221. 2016.

REY, F.L.G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSA, A. C. Compreendendo o paradigma da inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 29, 2007.

ROSCOCHE, L. F. Trabalho, Lazer e Religião. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.2, jun/2016.

Endereço das Autoras:

Loren Salles Souza Pereira
Faculdade de Educação Física da Unicamp
Av. Érico Veríssimo 701 – Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas – SP – 13.083-851
Endereço Eletrônico: lorensallesp@gmail.com

Cristiane Miryam Drumond de Brito
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-901
Endereço Eletrônico: cdrumonddebrito@gmail.com

Ana Amélia Cardoso Rodrigues
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-901
Endereço Eletrônico: anaameliacardoso@gmail.com